

**1. A BBF possui relação, por meio de sua empresa ou de empresas terceirizadas, assim como a partir de interesses fundiários, com o atentado a tiros na estrada rural de Acará em 24 de setembro deste ano, que resultou na morte de um não-indígena e em três vítimas feridas, entre indígenas e não-indígenas?**

**RESPOSTA:**

A BBF lamenta os atos de violência noticiados na referida data e esclarece de forma veemente que não tem nenhuma ligação com o ocorrido. No veículo alvejado, segundo consta, a Polícia encontrou grande soma em dinheiro e arma de fogo. Um dos alvejados é criminoso contumaz e possui diversas rixas com gangues locais e com outras comunidades, sendo preso semanas antes do atentado com munições de arma de fogo. Cabe ressaltar que o local onde houve o atentado era uma via pública e municipal, fora das áreas de propriedade da BBF e sem qualquer tipo de ação de segurança patrimonial da empresa.

A BBF vem sendo vítimas de inúmeros crimes ao longo dos últimos 12 meses, e tem, reiteradamente, solicitado que sejam realizadas investigações para apuração e, conseqüente, responsabilização dos criminosos. A Companhia tem incondicional interesse no esclarecimento do evento ocorrido no dia 24 de setembro, inclusive sugeriu à época que as investigações fossem encaminhadas para uma Divisão Especializada para completa elucidação dos fatos, pois, conforme amplamente divulgado pela imprensa local, havia nos veículos onde estavam as vítimas alta quantidade em espécie e armamento. Desta forma, a tentativa de atribuir à BBF a possível participação na situação soa como possível cortina de fumaça para esconder a real motivação do crime realizado na época.



Fonte: <https://romanews.com.br/80532/a-caminho-de-belem-dinheiro-e-arma-sao-apreendidos-com-homem-suspeito-de-envolvimento-em-tiro-em-acara/>

**2. Qual é o tamanho da área em posse da BBF em Tomé-Açu e Acará que está ocupada por comunidades tradicionais? Em que fazendas as áreas ocupadas estão localizadas?**

RESPOSTA:

Diversas áreas de propriedade da BBF foram invadidas e estão ocupadas atualmente por criminosos que se autointitulam indígenas e quilombolas, que possuem o único interesse no roubo e furto de frutos de dendê para posterior venda a empresas receptoras de frutos ilegais que atuam na região. A motivação se dá pela alta no preço da commodity no mercado nacional e internacional, atraindo a participação dos criminosos para obter lucro de forma ilegal.

Cabe ressaltar que tanto o INCRA quanto a FUNAI e o ITERPA já se pronunciaram que não existem sobreposições nas áreas da empresa envolvendo a BBF, quilombolas e terras indígenas. A título de esclarecimento, o INCRA enviou ofício à Ouvidoria Agrária em 17 de maio de 2022. A FUNAI também enviou ofício à Ouvidoria Agrária em 15 de agosto de 2022. Ambos esclareceram a situação enfrentada pela BBF a esse órgão que integra o Tribunal de Justiça do Pará.

**3. Há ações na Justiça movidas pela BBF para reintegrar posse dessas áreas? Se sim, em quais fazendas e que área?**

RESPOSTA:

Sim, a BBF possui ações judiciais referentes às áreas invadidas para reintegração de posse e de interdito proibitório, comprovando de forma peremptória seu robusto direito em relação a estas áreas. A título exemplificativo, a empresa tem ações possessórias em relação à Fazenda Santa Júlia, Fazenda Formosa, Campos Belo, Fazenda Conquista, Fazenda Malhada da Areia e Fazenda Três Irmãs, dentre outras.

A BBF esclarece que exerce a posse mansa, justa e ininterrupta de suas áreas desde que assumiu os ativos da antiga Biopalma no Pará, em novembro de 2020. A Companhia busca insistentemente apoio dos órgãos governamentais para solução dos casos, fato que pode ser corroborado com dezenas de ofícios às autoridades do Estado, municípios e até no âmbito federal.

Desde que indígenas e quilombolas invadiram as áreas da empresa, a BBF está impedida de entrar em suas terras e, dessa forma, não consegue realizar a manutenção necessária nas plantas e manter o necessário equilíbrio ambiental. Além disso, existe o perigo real, e iminente, de insetos e pragas se espalharem por outros cultivos, não só de palma. Essa situação preocupante e muito prejudicial ao meio ambiente já foi comunicada formalmente ao Ministério da Agricultura e à ADEPARÁ, para que seja possível realizar o manejo da fitossanidade, mas até agora a BBF não obteve resposta.

**4. A BBF confirma que registrou representações contra servidores públicos do Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público Federal e Polícia Civil sobre ações e investigações nestes órgãos que citam a empresa?**

RESPOSTA:

A empresa não comentará sobre o tema, visto que se trata de um assunto interno da Companhia.

**5. Quais os motivos da BBF ter cavado novas trincheiras na vila Formosa, divisa entre Acará e Tomé-Açu, dias antes do segundo turno das eleições presidenciais deste ano?**

RESPOSTA:

A Companhia reitera que o local mencionado é área de propriedade privada da BBF, um porto da empresa na Fazenda Paraíso utilizado para escoar frutos, local este que estava sendo utilizado na época por criminosos que buscavam fazer o transporte de frutos via balsa para escapar da fiscalização da polícia militar na região, que realizava a operação Mariquita em Paz. Tal operação tinha como objetivo a segurança dos moradores da região, que estão diariamente expostos a acidentes de trânsito, atropelamentos e óbitos causados pelo uso de caminhões no transporte ilegal de frutos de dendê roubados e furtados por indígenas e quilombolas que agem de forma criminosa no local.

Vale ressaltar que esta área não é utilizada para o deslocamento dos ribeirinhos, comunidades e moradores da região. A área enfrenta invasões de criminosos que buscam este porto para transitar com frutos ilegais furtados das fazendas da BBF e realizar desmatamento em áreas de reserva legal.

**6. Membros de comunidades tradicionais relatam uso de cacetetes e armas de fogo por parte de funcionários de segurança a mando da BBF para intimidação dos moradores. A BBF confirma este relato?**

RESPOSTA:

Novamente a informação não procede. A BBF possui segurança privada regularmente constituída e com registro junto à Polícia Federal, com a finalidade de proteger seus colaboradores, suas instalações e suas áreas de floresta nativa, em decorrência de vários ataques com incêndios criminosos em suas instalações e em seus maquinários, promovidos por invasores oriundos das comunidades indígenas e quilombolas.

A BBF faz uso de segurança privada pela natureza do seu negócio, que se torna ainda mais crítico dado a recorrência de roubos de frutos, furtos de maquinários, incêndios criminosos, desmatamento ilegal, violência contra colaboradores e demais ocorrências. Nos últimos 12 meses, a BBF já registrou mais de 650 boletins de ocorrência sobre a situação enfrentada no Estado do Pará. A BBF possui amplo acervo contendo fotos, imagens e vídeos que demonstram a violência praticada pelos invasores contra os colaboradores, os bens e o patrimônio da companhia, devidamente compartilhados com as autoridades públicas.

A título de conhecimento, as áreas de plantio são muito extensas e não cercadas, na maior parte, assim a segurança patrimonial busca manter os colaboradores da empresa em segurança, mesmo porque muitos deles já foram agredidos pelos criminosos simplesmente por tentarem exercer o direito de trabalhar.

**7. A BBF confirma que há sobreposição de suas lavouras de palma em territórios tradicionalmente ocupados? Se sim, que medidas a empresa tem tomado para regularização de sua atividade no local?**

RESPOSTA:

A Companhia esclarece que não existe sobreposição de terras, conforme relato dos representantes INCRA E ITERPA em reunião realizada com a Comissão Agrária, tendo presença do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Representantes do Judiciário e outros participantes. Por outro lado, já existe área demarcada pelo INCRA aos indígenas da região, intitulada aldeia “Turé Mariquita”, área em que a BBF não possui nenhuma área de plantio. A título de esclarecimento, o INCRA enviou ofício à Ouvidoria Agrária em 17 de maio de 2022. A FUNAI também enviou ofício à Ouvidoria Agrária em 15 de agosto de 2022. Ambos esclareceram a situação enfrentada pela BBF a esse órgão que integra o Tribunal de Justiça do Pará, informando que não há sobreposição de áreas da empresa com territórios de comunidades.

O cultivo da palma de óleo, principal atividade da empresa, é realizado de acordo com a legislação ambiental vigente. Todas as áreas de plantio da Brasil BioFuels (BBF) respeitam o Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo, programa criado pelo Governo Federal, em 2010, por meio do Decreto Nº 7.172/2010, cujo objetivo é recuperar áreas da Amazônia degradadas até 2007, com as diretrizes de proteção ao meio ambiente, conservação da biodiversidade e utilização racional dos recursos naturais, além do respeito à função social da propriedade.

**8. Quantos boletins de ocorrência a BBF registrou em delegacias de polícia civil de Tomé-Açu e Acará, desde sua instalação na região até hoje, que mencionam membros de comunidades tradicionais?**

**RESPOSTA:**

Até o momento, a BBF registrou mais de 650 boletins de ocorrência noticiando roubos e furtos de dendê, de maquinários e de tratores de suas propriedades. Porém, a empresa não obteve qualquer resposta do poder público do Estado do Pará até o presente momento para soluções dos casos.

**9. A BBF reconhece que usa a estratégia de desvincular na Justiça crimes sofridos contra o patrimônio e a questão fundiária? Se sim, por que a empresa usa este argumento nas ações de defesa jurídica?**

**RESPOSTA:**

A empresa não comenta sobre sua estratégia jurídica diante os órgãos judiciários.

**10. A BBF mantém procuração dando poderes a Luiz Fernandes Rocha para representá-la criminalmente?**

**RESPOSTA:**

A empresa não comentará sobre o tema, visto que se trata de um assunto interno da Companhia.

**11. A BBF tem conhecimento ou relação com o incêndio que provocou a destruição da Casa Cultural indígena em 25 de setembro, um dia após o atentado?**

**RESPOSTA:**

A situação ocorrida no dia 25 de setembro (no Centro Cultural da comunidade do ramal do Braço Grande) é alvo de propagação de fake news contra a empresa. A BBF nega veemente qualquer tipo de participação no caso e esclarece que tomou as providências jurídicas cabíveis para averiguar a divulgação de difamação envolvendo a Companhia. A empresa espera que as autoridades públicas solucionem rapidamente o caso, trazendo à tona as reais motivações e fatos para tal ação criminosa.